

DESAFIOS À POLÍTICA DOS PLANOS MUNICIPAIS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS¹

Nadia Scariot², Walter Frantz³.

¹ Projeto de Doutorado em Educação nas Ciências - Unijuí

² Doutoranda em Educação nas Ciências – Unijuí -nadia.scariot@gmail.com

³ Orientador. wfrantz@unijui.edu.br

Resumo: Atualmente, o quadro manifesto de exclusão social acentuou-se obrigando milhares de trabalhadores a assegurarem sua sobrevivência no trabalho com o lixo. Assim, emergem formas de organizações populares, como o associativismo, baseado nos princípios da solidariedade e autogestão. De 2002 a 2003 a pesquisa “História de vida e exclusão social: os catadores de lixo reciclável em Ijuí” relatou a trajetória de vida de catadores em Ijuí, na intenção de compreender o que levou estas pessoas a trabalharem com o lixo, uma vez que anteriormente tiveram outras ocupações. Posteriormente, de 2005 a 2007, acompanhou o processo de organização de uma associação de catadores de materiais recicláveis para compreender como se moveriam neste novo espaço, sujeitos marcados pela pobreza, considerados indisciplinados, sem uma subjetividade afirmada; constituídos sob a tutela das políticas públicas e que a partir de seu ingresso num empreendimento associativo foram desafiados a assumirem responsabilidades em que passaram de seres assujeitados, desestruturados psicologicamente e socialmente, a sujeitos políticos e atuantes na associação, características que, de um modo geral, não foram incorporadas por estes trabalhadores em suas vivências. Recentemente, com a nova conjuntura política, instalada na América Latina, que institui processos de participação popular, emerge a Lei nº 12.305 que, entre outras coisas, institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos que incentiva o desenvolvimento de cooperativas de catadores para que estes realizem a coleta seletiva o estudo segue investigando como os municípios estão lidando com essa nova lei e como os sujeitos “receptores e instituintes” dessa política estão lidando com esta situação.

Palavras-chave: Coleta Seletiva Solidária; Resíduos Sólidos; Participação Popular; Catadores de Material Reciclável.

Introdução - O presente estudo refere-se ao projeto inicial de doutorado apresentado ao Programa de Doutorado em Educação nas Ciências – Linha de Pesquisa “Educação popular em movimentos e organizações sociais”. Minha intenção de pesquisa é acerca da Política dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, temática que envolve catadores de materiais recicláveis e suas implicações sociais e econômicas. A intenção de pesquisa que apresento é, na verdade, um tema recorrente em minha trajetória de pesquisadora. Surgiu em 2002, durante a graduação em



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

Sociologia, quando também fui bolsista PIBIC/Unijuí, de 2002 a 2003, na pesquisa “História de vida e exclusão social: os catadores de lixo reciclável em Ijuí”, e que resultou no estudo monográfico intitulado “Catadores de lixo reciclável em Ijuí”, em que relato a trajetória de vida de catadores em Ijuí, na intenção de compreender o que levou estas pessoas a trabalharem com o lixo, uma vez que anteriormente tiveram outras ocupações. Posteriormente, de 2005 a 2007, nos estudos de pós-graduação – Mestrado em Educação nas Ciências - retomei a temática “catadores de materiais recicláveis”, realizando um estudo de caso em que acompanhei o processo organizativo e educativo de uma associação de catadores em Ijuí: a Acata Ijuí – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí - que estava sendo incubada/assessorada pela Incubadora de Economia Solidária da Unijuí, na qual atuei, à época, como assessora técnica da Acata. Neste estudo procurei compreender como a exclusão social se produz e como o excluído inicia práticas de resistência nesta configuração político-social-econômica da sociedade contemporânea e que características essas práticas assumem: os sujeitos excluídos mudam ou apenas convivem com novas formas de relação? Como o excluído passa a se relacionar consigo e com os outros a partir dessas “experiências organizativas” de resistência que são também “experiências pedagógicas”? Enfim, até que ponto, e como, à medida em que um grupo de pessoas integra ações comuns, em busca do seu sustento, experimenta profundas mudanças nas suas relações consigo e com a sociedade; que mudanças ocorrem nas suas formas objetivas de expressão no contexto social e nas suas subjetividades? Os objetivos com este estudo são amplos e antes de delimitar o objeto, é oportuno dizer que minha intenção é dar continuidade ao estudo da temática da exclusão social e de seus desdobramentos/impactos sociais, buscando novos olhares e novas abordagens que me possibilitem compreender cada vez mais as causas e os fatores que contribuem para a emergência e manutenção desta problemática, e ao mesmo tempo buscar respostas para outra questão que me inquieta que é a compreensão de fatores subjetivos que ocasionam a alta rotatividade de sujeitos nos empreendimentos autogestionários: o que tem contribuído para a permanência de uns e a desistência de outros junto aos empreendimentos econômicos solidários, se estes em tese possibilitam-lhes a reinserção no social, mediante a geração de trabalho e renda? Será apenas pela falta de conscientização? Existirá uma situação limite na vida de cada sujeito que o faz engajar-se ou não? O que vai causar o “estalo” para que o sujeito excluído decida permanecer ou sair da marginalidade? O que vai impactar e fazer com que ele saia de si e passe a pensar no coletivo? Como a Economia Solidária vem trabalhando essas questões das subjetividades dos sujeitos? Na continuidade dos estudos, agora no Doutorado em Educação nas Ciências da Unijuí, a intenção é ampliar o olhar sobre a problemática pesquisando Política Nacional dos Resíduos Sólidos que incentiva o desenvolvimento de cooperativas de catadores para que estes realizem a coleta seletiva verificando como os municípios estão lidando com essa nova lei e como os sujeitos “receptores e instituintes” dessa política estão lidando com esta situação.

Metodologia - A metodologia aplicada à pesquisa desde 2002 segue a linha e a lógica das técnicas qualitativas. Nos estudos anteriores fez-se uso da observação participante e do estudo de caso





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

acompanhados por entrevistas semi-estruturadas com a análise de conteúdo. Na pesquisa atual pretende-se seguir com a mesma metodologia acrescida de pesquisa bibliográfica e documental.

Resultados e discussão - As pesquisas anteriores demonstram que devido ao acentuado quadro de exclusão social, acentuou-se a disseminação da pobreza e das desigualdades sociais, obrigando milhares de trabalhadores a assegurarem sua sobrevivência nas sobras descartáveis da sociedade capitalista: no lixo. Neste contexto emergiram diversas formas de organizações populares, como o associativismo, baseado nos princípios da cooperação, solidariedade e autogestão, no intento de constituir trabalho e renda para pessoas que se encontram excluídas na sociedade. Os dados levantados demonstraram a dificuldade de estes trabalhadores ultrapassarem a indisciplina, a falta de persistência e a lógica neoliberal de competição e hedonismo que os constituiu.

Conclusões – Conclui-se que tanto a sociabilidade quanto a subjetividade de sujeitos pesquisados são instáveis, tornando-se difícil a eles engajarem-se em um projeto de vida, que lhes exija um comprometimento para além do que estão acostumados, ou seja, atendem apenas à sobrevivência imediata, sem planejar, discutir, participar. Entende-se, no entanto, que, mesmo com todas as dificuldades que lhes são inerentes neste processo, está emergindo um aprendizado novo, o qual vai conflitar com o que já trazem consigo, possibilitando novas relações consigo, com o outro e com a comunidade. Consta-se, porém, que não é apenas a “falta de conscientização” que ocasiona tal situação. O grande limite desses sujeitos esbarra em sua própria subjetividade, que por não terem incorporado no decorrer de suas vidas situações que o afirmem subjetivamente/psicologicamente. Isso se reflete diretamente nos processos autogestionários que passam a integrar na busca pela sobrevivência. Por suas subjetividades terem se constituído de uma forma líquida, pode-se dizer, recuam a cada nova circunstância que lhes exige um maior esforço, fazendo-os voltarem à condição inferior em que se encontravam anteriormente. Defendo, assim, a idéia de que é somente quando o excluído chega a uma situação limite, que cause um impacto na sua subjetividade, que ele vai fazer o processo de morte e/ou ressurreição social: deixar-se morrer e/ou viver socialmente. A instituição de uma política pública que os beneficie, como é o caso da Lei 12.305/10, poderá ocasionar este processo de ressurreição social?

Agradecimentos - À FAPERGS/CAPES, ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências (PPGEC) e ao orientador Professor Dr. Walter Frantz agradeço o apoio para continuar pesquisando.